

# Lend-Lease

## A tábua de salvação dos Aliados na Segunda Guerra Mundial

Reis Friede\*

Quando se iniciou oficialmente a Segunda Guerra Mundial na Europa, no dia 1º de setembro de 1939, a maior parte da população norte-americana, bem como a maioria dos integrantes do Congresso Nacional estadunidense, estava completamente arraigada, no âmbito das relações internacionais, a uma postura de nítida feição *isolacionista* e de completa *neutralidade* em relação a um conflito que se desenrolava no continente europeu e que, por esta razão, era considerado, restritamente, apenas como mais uma “guerra europeia”, não obstante o anterior início do expansionismo japonês sobre a Ásia, inaugurado em 1931, e fortemente ampliado a partir de 1937.

Nesse contexto, pesquisas de opinião pública, realizadas à época, indicavam que mais de 70% da população dos EUA expressavam-se de forma radicalmente contrária ao envolvimento norte-americano no conflito “europeu”.

No entanto, o então presidente norte-americano, o democrata Franklin Delano Roosevelt (1933-45), figurava, no que concerne a este tema, como uma voz isolada, ainda que de grande e reconhecida lucidez

estratégica, na exata medida em que antevia, naquele conflito, de forma completamente distinta de outras importantes lideranças americanas, uma oportunidade histórica de catapultar os EUA a uma posição hegemônica global, cabendo recordar que os EUA já se constituam, desde o início do século XX, na maior potência econômica do planeta.

Ainda assim, Roosevelt, mesmo sendo contrário ao posicionamento que pugnava pela equidistância dos EUA em relação à guerra, e diante daquela postura radical da sociedade e de grande parte dos congressistas, não vislumbrava, de imediato, nenhuma oportunidade real e politicamente factível que possibilitasse a realização de algo de grande magnitude a fim de prover um auxílio efetivo, por parte dos EUA, aos Aliados da Europa, ainda que sem o correspondente envio (e consequente envolvimento direto) de tropas norte-americanas ao solo europeu.

Por ocasião do segundo semestre de 1940, ou seja, menos de um ano após o início da guerra, a Alemanha, de forma absolutamente surpreendente para as suas próprias lideranças e, igualmente, para o assombro da maior parte do mundo civilizado, já controlava, direta ou

---

\* Desembargador federal, professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e professor *honoris causa* da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR). ([reisfriede.wordpress.com](http://reisfriede.wordpress.com) e [reisfriede@hotmail.com](mailto:reisfriede@hotmail.com))

indiretamente, toda a parte central e ocidental do continente europeu. Nesse contexto inicial de sucesso germânico, a França, considerada, à época, a maior potência militar continental da Europa, havia sofrido uma inusitada e humilhante derrota político-militar. Por sua vez, o Reino Unido, a segunda maior potência econômica do planeta, no âmbito de seu vasto império, resistia e figurava como o último obstáculo real à implementação do nazismo alemão sobre todo o Oeste Europeu.

Naquela época, o primeiro-ministro britânico Winston Churchill (1940-45) mantinha uma excelente e cordial relação com o presidente norte-americano, o que permitia ao estadista inglês lhe formular constantes pedidos de ajuda. Roosevelt, mais do que qualquer outro líder mundial, compreendia perfeitamente que uma eventual queda do Reino Unido para a órbita de influência alemã possibilitaria a Hitler dominar o restante da Europa, incluindo os férteis campos agrícolas ucranianos e as gigantescas extensões territoriais russas. Ademais disso, se o Reino Unido sucumbisse, a Alemanha poderia, por meio de uma provável ação coordenada com a Itália e com o Japão, estender o domínio destes países sobre o Mediterrâneo e a Ásia, respectivamente.

Nesse contexto, o presidente norte-americano encontrava-se inserido em uma posição política extremamente complexa frente à guerra, uma vez que, mesmo diante da ameaça de domínio alemão sobre o Reino Unido (e sobre o Império Britânico de modo geral), o Congresso dos EUA havia aprovado, ainda nos anos de 1930, uma lei de *neutralidade* que expressamente vedava a

comercialização de armas para nações que estivessem tecnicamente em estado de guerra, excetuando-se o caso em que houvesse pagamento *direto* e *à vista*.

Contudo, nesse exato momento histórico, o Reino Unido estava completamente *cercado, isolado*, sob constante risco de invasão e com sua economia sendo gradativamente destruída, quadro caótico decorrente, entre outros fatores, de uma inteligente combinação de contínuos ataques promovidos pela *Luftwaffe* (a força aérea alemã) sobre o território britânico, associados a persistentes tentativas de bloqueio naval às suas principais ilhas componentes (Grã-Bretanha e Irlanda). Em tais condições fáticas, era impossível ao primeiro-ministro britânico custear a compra de armamentos norte-americanos nos exatos termos da legislação vigente, exceto em prestações futuras, vale dizer, por meio de financiamento.

Foi exatamente diante dessa complexa e delicada situação que o presidente norte-americano elaborou um inteligente *artifício legal* para fornecer suprimentos (alimentos e matérias-primas, incluindo alumínio e aço de todos os tipos), blindados, aviões, armas leves e munições, caminhões e veículos de transporte (tais como caminhões e jipes), petróleo, material de construção, entre outros diversos itens, ao Reino Unido.

Não obstante tal estratégia de Roosevelt, efetivamente baseada em uma criativa hermenêutica legal, ter sido amplamente rotulada, por muitos congressistas, como uma engenhosa manobra do presidente para pôr fim ao *isolacionismo* norte-americano, posição esta que, conforme restou afirmado, era amplamente apoiada pela população estadunidense, é fato

histórico que a inovadora “concepção político-jurídica” rooseveltiana logrou-se vitoriosa em seus objetivos fundamentais.

Com efeito, em 11 de março de 1941, por meio de um inteligente expediente, construído pelo brilhantismo intelectual de Roosevelt, era finalmente aprovada no Congresso norte-americano uma nova lei (revogadora, em parte, do antigo dispositivo legal que vedava a comercialização de armas para nações que estivessem tecnicamente em estado de guerra) que possibilitava aos EUA *emprestar* (visto que se não podia *vender* a prazo) equipamentos e suprimentos (de todas as espécies) a qualquer país, especialmente ao Reino Unido, tendo como garantia de pagamento futuro os próprios territórios (e seus direitos de exploração econômica) e bases militares britânicas no exterior.

Sempre que confrontado por jornalistas sobre o novo regramento legal editado pelo Parlamento, o presidente norte-americano, de modo extremamente perspicaz, citava uma *parábola* envolvendo o hipotético episódio de um incêndio, cuja essência abarca a seguinte ideia central: “quando a casa do seu vizinho está pegando fogo, você não *vende* a ele o balde d’água (ou a mangueira), você o *empresta* para que o fogo seja apagado o mais depressa possível”.

Assim, tendo em vista o novo quadro normativo estabelecido, ainda em março de 1941, os EUA começaram a enviar volumosas quantidades de suprimentos ao Reino Unido, remessa operacionalizada pela via naval do Oceano Atlântico, o que ensejou, no plano concreto da guerra, a clássica *Batalha do Atlântico*. Decerto que tal auxílio permitiu aos britânicos reorganizar a sua indústria, reequipar suas forças armadas e municiar

seus meios combativos, tudo de acordo com as necessidades do conflito.

Nessa época, a União Soviética ainda era considerada, pelo menos em tese, uma presumida aliada da Alemanha nazista, tendo em vista a existência de um pacto de não-agressão, celebrado em 23 de agosto de 1939, denominado de *Pacto Molotov-Ribbentrop*, em alusão aos ministros dos Negócios Estrangeiros da URSS (Vyacheslav Molotov) e da Alemanha (Joachim Von Ribbentrop), respectivamente. Entretanto, tal quadro de “aliança” começaria a mudar em junho de 1941, quando da invasão alemã ao território soviético, concretizada por meio da conhecida *Operação Barbarossa*, considerada a maior operação militar da história, evento que envolveu aproximadamente mais de três milhões de soldados alemães, húngaros, romenos e italianos, e que, segundo a historiografia, alterou radicalmente a própria concepção geopolítica da Segunda Guerra Mundial.

No que concerne aos momentos iniciais da *Barbarossa*, a investida alemã revelou-se cruel e sanguinária. De fato, em menos de seis meses do início da aludida operação, os soviéticos perderam cerca de dois milhões de homens, entre mortos, feridos e capturados. Enquanto isso, o exército alemão já havia alcançado os arredores de Moscou, além de ter incorporado, ao Terceiro Reich, grandes e importantes extensões territoriais da Ucrânia (com grande parte de seu povo envolvendo-se no conflito de forma “cooperativa”, agradecendo aos “libertadores alemães”) e da Bielorrússia.

Diante de tal cenário, a União Soviética, a par de todos os acontecimentos, aparentava que sucumbiria ao domínio nazis-

ta mesmo antes do final de 1941. Na visão dos principais líderes aliados (Roosevelt e Churchill), o colapso pleno (e supostamente irreversível) do regime soviético bem como sua correspondente submissão ao Terceiro Reich eram uma simples questão de tempo. Caso isto ocorresse, haveria a consequente incorporação, ao domínio germânico, das imensas extensões territoriais, indústrias e demais riquezas (incluindo inesgotáveis matérias-primas estratégicas, como o petróleo) da URSS, quadro que estaria em perfeita sintonia com os planos arquitetados por Adolf Hitler no livro *Minha Luta (Mein Kampf)*, em idioma alemão), texto escrito em 1925, quando ele cumpria pena na prisão de Landsberg, tendo em vista sua condenação por ter liderado o fracassado *Putsch da Cervejaria* (9 de novembro de 1923), uma tentativa de golpe de estado que ocorreu em Munique, com o expressivo apoio de parcela da sociedade alemã.

Obviamente que um eventual colapso da URSS no âmbito da *Barbarossa* preocupava sobremaneira a liderança aliada. Em razão disto, os EUA, inicialmente por meio dos britânicos, começaram a enviar, sem uma estratégia mais elaborada e à margem de estudos mais aprofundados, um amplo auxílio financeiro e militar à URSS. Em 1942, a ajuda em questão passou a ser intensificada, bem como remetida de forma direta por meio de rotas especiais que passavam pelo Ártico, pelo atual Irã e pelo Oceano Pacífico. Como se vê, tais rotas não cortavam o Oceano Atlântico, evitando, pois, o risco iminente de haver algum tipo de ataque (de interdição naval) promovido pelos temíveis *U-Boots* alemães.

Nesse sentido, por meio do Ártico, os norte-americanos conseguiram enviar diretamente quase quatro milhões de toneladas de suprimentos. Da mesma forma, pelo chamado *corredor persa*, região onde se localiza o atual Irã, foram transportados cerca de 4,2 milhões de toneladas. E, por fim, pela rota do Pacífico, os EUA encaminharam aproximadamente 8,2 milhões de toneladas.

Nesses transportes, era enviada uma quantidade imensurável e variada de itens, exatamente como foi feito quando do auxílio ao Reino Unido. Em uma determinada ocasião, chegou-se mesmo a se conseguir uma inusitada e surpreendente transferência de uma fábrica (completamente equipada) de pneus, cujas instalações haviam sido construídas pela Ford.

Para se ter uma dimensão da magnitude da ajuda fornecida aos russos, cumpre registrar que, entre 1941 e 1945, os norte-americanos entregaram mais de 400.000 jipes e caminhões, 7.056 blindados (entre os quais mais de 4.000 tanques de combate M-4 Sherman), 35.000 motocicletas, 2.000 locomotivas, 14.795 aviões (dos quais 4.700 eram P-39 Airacobra), além de quatro milhões de toneladas de alimentos, notadamente carne enlatada, açúcar, sal e farinha, gêneros que eram distribuídos para as tropas que combatiam os alemães nas frentes de batalha.

Do mesmo modo, no período compreendido entre 1942 e 1945, os EUA remeteram um impressionante total de 18 milhões de toneladas de suprimentos aos soviéticos, o que se deu com o propósito de manter estas tropas em condições plenas de operação. Entretanto, no mesmo período, os Estados Unidos forneceram às suas próprias tropas, que

combatiam no norte da África e na Europa, uma quantidade de suprimentos apenas ligeiramente maior do que aquela fornecida aos russos: na ordem 22 milhões de toneladas.

Nota-se, claramente, um dos primeiros *equivocos estratégicos* cometidos pelos EUA na condução da guerra, erro que se traduziu na precariamente planejada (sobretudo em seus presumíveis efeitos posteriores) e reconhecidamente desproporcional entrega direta de equipamentos militares e auxílio econômico a um país dotado, à época, de indisfarçados interesses hegemônicos e expansionistas. Conforme restou consignado, houve, no episódio em questão, uma absurda e paradoxal proximidade entre os gastos realizados pelos norte-americanos com as suas próprias tropas em comparação com aqueles destinados aos efetivos da URSS. Não é desarrazoado afirmar que tal paradoxo constitui a principal razão que ensejou o surgimento, no cenário geopolítico do pós-guerra, de uma União Soviética extremamente robustecida (amplamente armada e equipada, registre-se) e dotada de uma capacidade de ameaçar e conquistar a Europa Oriental, permitindo, em última análise, que se originasse um novo desafio à paz mundial, com o início da chamada Guerra Fria (1947-91).

Como se não bastasse o mencionado desacerto americano, o Reino Unido, após o período de extraordinária adversidade experimentado no início do conflito, também passou a enviar, de variadas formas, um amplo e desproporcional auxílio à União Soviética. Assim, a partir do ano de 1943, Londres encaminhou a Moscou uma enormidade de artigos, entre os quais se destacavam: uma quantidade superior a 3.000 caças Hawker

Hurricane, 4.000 aviões de reconhecimento e transporte, 5.200 blindados, 4.000 caminhões, 15 milhões de botas, 1.700 motocicletas, 600 conjuntos completos de radares e sonares (incluindo, de forma indireta, a tecnologia destinada à produção de tais equipamentos), além de milhares de armas antitanques e antiaéreas.

Esses elevados quantitativos de materiais enviados pelos EUA e pelo Reino Unido à URSS refletiam, em certa medida, uma preocupação, que posteriormente se constatou exagerada (e, sobretudo, artificialmente ampliada), por parte dos chefes de Estado daquelas nações com uma possível vitória da Alemanha nos embates travados contra os soviéticos. Roosevelt e Churchill vislumbravam que uma eventual queda total da União Soviética diante da Alemanha nazista direcionaria o supostamente “gigantesco” poderio militar deste país (cuja dimensão, em sua essência, era superestimada) para dominar, primeiramente, o Reino Unido e, posteriormente, os Estados Unidos, o que, em verdade, nunca passou de um “cenário fantasioso”.

Ainda que muitos líderes militares dos EUA enxergassem com preocupação a magnitude do auxílio concedido, sem qualquer garantia real de *pagamento* ou *contrapartida* futura, à URSS, é fato que uma visão relativamente míope acabou por predominar em relação à presente questão, encobrendo não apenas uma inteligente manobra empregada por Stalin para, uma vez custeado pelo poderio econômico anglo-americano, compor, no futuro, uma União Soviética militar e economicamente poderosa, mas também o próprio caráter *totalitário* do regime comunista e de seus planos expansionistas,

os quais, em muitos aspectos, eram *ideologicamente* (ainda que, naquele momento histórico, não *potencialmente*) mais ameaçadores para as democracias liberais (representadas pelos EUA e pelo Reino Unido) do que o próprio regime nazista.

Não obstante, e por necessária prevalência de uma “justiça histórica”, é oportuno reconhecer a importante contribuição da própria determinação nacional da URSS no que se refere ao desenrolar dos acontecimentos históricos ora narrados, em especial o fato de os soldados soviéticos do Exército Vermelho terem lutado com extrema bravura, defendendo cada centímetro da União Soviética, cujas terras, para eles, possuem natureza sagrada, afirmação amplamente comprovada por meio do grande número de soldados e civis soviéticos mortos entre 1941 e 1945. Embora não se disponha de dados quantitativos exatos, o número de falecidos gravita em torno de 25 milhões, sendo certo que nenhum outro país sofreu tantas perdas humanas em uma guerra, quando cerca de 80% da população masculina nascida em 1924 morreram no conflito.

Contudo, mesmo diante de todo o esforço moral e motivacional do Exército Vermelho, é interessante consignar que a ajuda dos britânicos e dos americanos foi, em última análise, absolutamente fundamental, e reconhecidamente indispensável, para a manutenção da resistência dos soviéticos aos avanços alemães. Sem a esmagadora assistência material proveniente, em particular, dos EUA, o que incluía a reposição quase que instantânea dos equipamentos bélicos e víveres indispensáveis ao esforço de guerra, a vitória soviética (através de suas conquistas

em batalhas-chave, a partir de 1943, e das exitosas contraofensivas, a partir de 1944) sobre os alemães teria sido impossível.

Por oportuno, cumpre consignar que o Brasil também se revelou um grande beneficiado pelo *Lend-Lease*, recebendo mais suprimentos, inclusive, do que alguns países que estavam no epicentro da guerra, como a Bélgica e a Holanda, e ficando atrás somente do Reino Unido, da União Soviética, da França e da China.

O registro dos elevados aportes realizados pelos EUA nos países acima referidos evidencia a extrema importância do denominado *Lend-Lease* para o sucesso dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. De fato, desprovidos da ajuda norte-americana, a maior potência econômica e industrial, à época, muito provavelmente teria sido inútil toda a determinação da resistência britânica e, igualmente, todo o sangue derramado pelos soviéticos.

Cabe registrar, ademais, o modelo político-jurídico adotado para o funcionamento do *Lend-Lease*. Nesse sentido, a norma jurídica editada, interpretada em sua hermenêutica extensiva, simplesmente autorizava o governo norte-americano a realizar o *empréstimo* de armamentos, ou qualquer outro artigo de defesa, ou informação, que o presidente norte-americano julgasse necessário para a segurança nacional dos EUA. A regra em questão previa (ainda que, no caso soviético, sem nenhuma salvaguarda real) que os armamentos emprestados seriam devolvidos (ou seus respectivos valores pagos, em ouro e/ou outros ativos econômicos) após o término do conflito.

Entretanto, após o fim da guerra, apenas uma pequena parcela do material

“emprestado” pelos EUA foi efetivamente devolvida ou ressarcida economicamente, especialmente pelos soviéticos. Muitos líderes norte-americanos, de forma pouco inteligente, já não exigiam (ou mesmo sequer desejavam) mais o retorno desses armamentos, embora devessem, por obrigação legal, cobrá-los através de contrapartidas econômico-financeiras. A propósito, existiam até mesmo alguns congressistas norte-americanos — desconhecedores dos riscos que tamanho “poder de fogo”, em mãos estrangeiras, poderiam representar, no futuro, contra a própria segurança nacional estadunidense) — que, em tom coloquial, afirmavam que “emprestar *armas* é como emprestar um *chiclete*; depois de usado você não o deseja mais”.

Com efeito, muitos armamentos (de última geração e com grande poder bélico, inclusive) permaneceram nos países destinatários, excetuando-se a devolução da maioria dos navios de guerra, o que efetivamente aconteceu. A URSS, em particular, recebeu um total de US\$ 1.078 bilhão em equipamentos bélicos, quantia que, em valores históricos, equivale, aproximadamente, à metade de todo o custo do Projeto Manhattan, programa que conduziu os EUA ao “clube atômico”. Em contrapartida real, durante todo o conflito, a União Soviética enviou apenas algumas toneladas de minérios para o Tesouro americano, praticando, assim,

uma espécie de *Lend-Lease* ao “reverso” com os EUA, estipulado, entretanto, em cerca de ínfimos US\$ 2 milhões em valores históricos.

Vale frisar, por oportuno, que o suposto restante dos débitos do *Lend-Lease* foram (*formalmente*, ainda que não *efetivamente*) quitados, por meio do pagamento final de um valor de US\$ 20 bilhões, pela Rússia, ao Clube de Paris, em 2006, quinze anos após o fim da URSS, o que significou, na prática, parcela muito pouco expressiva, particularmente em face de todos os benefícios (diretos e indiretos) que aquela nação recebeu dos EUA, inclusive com transferência de tecnologia bélica sensível.

Por outro lado, embora os britânicos também tenham pagado uma reduzida parte dos bens que lhes foram enviados durante o conflito, tendo sido o restante convertido, em 1945, em um empréstimo para pagamento em parcelas e com juros baixíssimos, cuja última prestação restou adimplida já no século XXI, é fato que as transferências de todos os segredos militares ingleses (e respectivas tecnologias de ponta) para os EUA, bem como o fim do monopólio comercial com suas colônias, além do deslocamento das bases militares inglesas no hemisfério ocidental para os EUA, exigências estas incluídas nos termos da chamada “Carta do Atlântico” (1941), representaram, na prática, uma plena e amplamente satisfatória composição do *Lend-Lease* para com os britânicos. 🌐

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.